

R\$2

(11) 9.4101-1917



opiniaosocialista



www.opiniaosocialista.com.br



@opsocialista



Portal do PSTU



@opiniaosocialista

DEPOIS DAS ELEIÇÕES

GOVERNO COLOCA NA MIRA DIREITOS DOS TRABALHADORES



ELEIÇÕES

Vitórias de um Centrão
mais à direita e as derrotas
do PT e do PSOL

Páginas 6 e 7

REVOLUÇÃO RUSSA

107 anos de uma
revolução que abalou
o mundo

Páginas 14 e 15

ENTREVISTA

‘É uma vergonha
o Brasil sediar o G20.
Vai ter protesto!’

Página 12

páginadois

Charge: Genocídio, de Vítor Gargalo

CHARGE



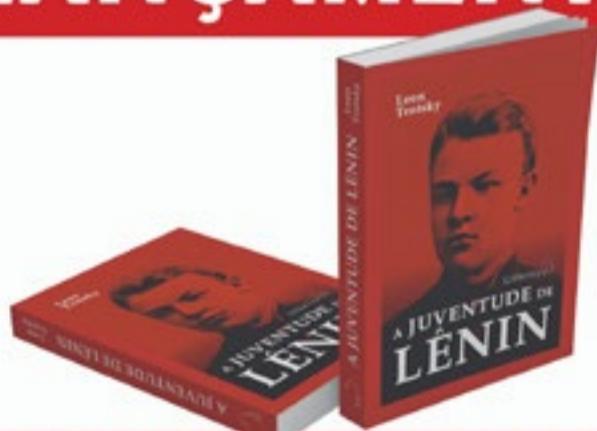
FALOU BESTEIRA

“As pessoas parecem que têm inveja de quem é rico no Brasil”



Eliza Virgínia (PP-PB), deputada federal, explicando porque foi contra o projeto de taxação das grandes fortunas, rejeitado pela Câmara dos Deputados, em votação realizada no dia 30 de outubro.

LANÇAMENTO



www.editorasundermann.com.br | 11 98649-5443



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Cândido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

ROGER WATERS TEM RAZÃO

“Ambos apoiam o genocídio”



O músico Roger Waters publicou em suas redes sociais um pedido para que seus seguidores não votem na Democrata Kamala Harris ou no Republicano Donald Trump nas próximas eleições dos EUA, marcadas para 5 de novembro. Waters criticou o posicionamento dos candidatos sobre o genocídio promovido

por Israel na Palestina, declarando que “ambos apoiam o assassinato de crianças”, são “maus além da imaginação” e “não existe um mal menor”. O ex-baixista do Pink Floyd sugeriu aos fãs que apoiem candidatos independentes, como Dr. Jill Stein, Butch Ware, Cornel West, Melina Abdullah e o candidato do

Partido da Igualdade Socialista, Joseph Kishore, com o vice Jerry White. Kamala Harris, candidata do Partido Democrata, já afirmou que Israel tem o direito de se defender e ressaltou, várias vezes, que os Estados Unidos continuarão enviando armas para Israel massacrar mulheres e crianças em Gaza.

VINI JR

Bola de ouro murcha



O mundo (especialmente os amantes do futebol) assistiu de forma atônita a entrega do prêmio “Bola de Ouro” do futebol masculino para o atacante Rodri, do Manchester City, e não para o brasileiro Vinícius Jr., do Real Madrid. A premia-

ção, organizada pela revista “France Football”, aconteceu em Paris. Só os tolos acreditariam que os critérios para a decisão foram técnicos e não políticos. Não foi uma premiação futebolística, mas um tribunal de punição a Vini Jr. e aos seus “valores” e “comportamentos” antirracistas. 40% dos mais de 100 jornalistas escolhidos para votar no tal do júri são europeus. Mas, a tentativa de levar Vini à desmoralização não funcionou.

Em suas redes sociais, o jogador afirmou: “Eu farei 10x se for preciso. Eles não estão preparados”. A tentativa de levar Vini à desmoralização não funcionou. Em suas redes sociais, o jogador afirmou: “Eu farei 10x se for preciso. Eles não estão preparados”.

CONTATO

FALE CONOSCO VIA
WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Diante de uma esquerda “da ordem”, e contra a ultradireita, construir uma oposição de esquerda revolucionária e socialista

Passadas as eleições, o governo Lula prepara um verdadeiro pacote de maldades contra a classe trabalhadora e a população mais pobre. É um aprofundamento da política neoliberal que o governo vem implementando, a fim de viabilizar seu Arcabouço Fiscal e continuar beneficiando os bilionários capitalistas.

Essa política econômica é uma consequência do projeto do PT de se colocar como um gerente do caos, em meio à crise e à decadência capitalista, governando junto com a direita e, inclusive, setores da ultradireita. Algo que foi determinante para que o partido sofresse uma frágil derrota eleitoral e política nas cidades.

O que vimos nestas eleições deveria reforçar, ainda mais, a necessidade de se organizar uma oposição de esquerda e socialista ao governo Lula e a todos os demais governos. Única forma de organizar a classe trabalhadora e os setores mais empobrecidos para lutar contra, e derrotar, o Arcabouço Fiscal, os cortes e, também, impedir que a ultradireita continue capitalizando o desgaste do governo. Mas, desgraçadamente, não é assim que pensam os setores majoritários da esquerda.

O ESPANTALHO DOS DEFENSORES DO GOVERNO CONTRA A OPOSIÇÃO DE ESQUERDA

Diante das eleições, muitos dizem que o problema da esquerda foi que ela “não ousou dizer seu nome”, como afirmou Roberto Robaina, da corrente Movimento Esquerda Socialista (MES), do PSOL. Ou, ainda, que “Boulos não foi Boulos”, como disse o professor Vladimir Safatle.

Estas são respostas simplórias e curiosas. O MES, de Robaina, foi artífice da candidatura da Maria do Rosário (PT), em Porto Alegre (RS). Safatle dá entrevistas em defesa da oposição de esquerda ao governo Lula, mas não apoiou (e nem sequer diz



que existiu) uma candidatura de oposição de esquerda nesta eleição, ainda que minoritária, como a do PSTU.

O problema é justamente o contrário. Boulos tem sido Boulos, assim como Lula tem sido Lula. Ambos nunca tiveram compromisso em derrotar o capitalismo. Exigir isso deles é exigir que sejam o que nunca foram.

ADAPTAÇÃO À ORDEM CAPITALISTA LEVOU À DERROTA POLÍTICA

Outros setores ainda criticam o PSTU por afirmarmos que o problema é a adaptação do PT à ordem capitalista. Afirmam que não haveria como ganhar a eleição sem ir ao “centro” e aos eleitores moderados. Ou, ainda, sem buscar apoio de uma Frente Ampla. Na verdade, setores do PT defendem um giro à direita ainda maior, aprofundando sua adaptação e desserviço para a esquerda e os trabalhadores.

O que não conseguem ver é que o debate não se limita à

correlação de forças eleitoral. Às vezes, pode haver uma derrota eleitoral e uma vitória política. Por exemplo, quando Lula perdeu em 1989, o PT saiu com moral alta e uma vitória política. Aquela eleição serviu para acumular forças. Esta eleição atual serviu para que? Esta nova derrota do PT vai muito além do resultado eleitoral. É uma derrota política. Isto é central.

PARTIDO DA ORDEM E DO SISTEMA

Do que adianta fazer governos com a burguesia, acordos com a direita, para governar como a direita, para, supostamente, evitar que a direita assuma?

O PT é cada vez mais visto como um partido do sistema. Ao longo das últimas décadas, foram os principais expoentes do individualismo, da meritocracia e de expectativas de melhoria de vida no capitalismo; perspectivas que, hoje, são aprofundadas pela ultradireita e dão base para que parte dos trabalhadores vote na direita.

Bastaria trabalhar, estudar e votar no PT e, governando para todos, Lula resolveria os problemas do país. Mas, a realidade é teimosa. E, ao escolher ser um mero administrador dos negócios capitalistas, o que o PT entrega é diferente do que promete. E, assim, leva à desmoralização dos trabalhadores organizados e à perda de popularidade, abrindo espaço para a direita.

Ao adotar, cada vez mais, o discurso da direita ao longo das décadas e fazer governos que agradam os bilionários capitalistas, o PT não tem nada a oferecer aos trabalhadores e o povo pobre. E, por isso, estão em uma espiral decadente permanente. A cada nova derrota eleitoral, o partido vai mais à direita, se torna mais de centro e perde ainda mais apoio.

Por isso, é preciso ser oposição de esquerda, revolucionária e socialista. Junto com isso, é necessário elaborar e apresentar um programa socialista e revolucionário, que ganhe os trabalhadores para que a saída

dos problemas que enfrentamos não se dará por dentro do capitalismo; mas, sim, lutando e derrotando os interesses dos bilionários capitalistas.

Não se trata de simplificar a realidade, ou dizer que basta ir à esquerda nesta eleição para ganhar nas urnas. Há que se pensar para além deste jogo eleitoral da democracia burguesa, que, sabemos, é onde o poder econômico e os capitalistas controlam tudo.

É preciso usar a eleição para ajudar a construir um projeto revolucionário para mudar o sistema capitalista e essa democracia dos ricos. Mudança que não virá através de eleições.

ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA E SOCIALISTA

As eleições são sempre uma expressão distorcida da realidade. E as divisões reais existentes na sociedade são entre classes sociais e frações de classe (uma mesma classe pode e, invariavelmente, ter diversas posições políticas).

Os termos “esquerda” ou “direita” nunca são muito precisos. Quando a imprensa fala de esquerda, centro esquerda, centro, direita etc., está, em geral, falando de posições políticas no interior da própria burguesia. Isso fica ainda mais confuso porque partidos que nasceram da classe trabalhadora, como PT e PSOL, hoje atuam, representam e jogam em times da burguesia, como ala esquerda, entendida como o setor preocupado com o “social” e com a salvaguarda da democracia burguesa.

Sem construir uma alternativa socialista e revolucionária, em oposição de esquerda aos governos do PT, superando Lula e a seu projeto de aliança com a burguesia, não sairemos desse engodo de vermos diversas facetas da direita surgindo e se fortalecendo e os trabalhadores e trabalhadoras sem uma alternativa política à altura desta batalha, enquanto que o governo Lula segue docilmente aplicando a política dos bilionários capitalistas.

DIREITO NÃO SE NEGOCIA

Povos originários dizem não à negociação de direitos constitucionais

 DA REDAÇÃO

Ameaça das elites contra os direitos constitucionais dos povos indígenas continua viva e voraz, mas também bastante dissimulada. Além da mais bruta violência, a classe dominante brasileira tem um longo histórico de astutas e ardilosas armadilhas, que buscam atrair os oprimidos e suas lideranças para ciladas e a cooptação. É isso que se vê com a chamada comissão de conciliação do Supremo Tribunal Federal (STF) para discutir os direitos indígenas.

Em setembro, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) rompeu com a comissão e, em nota, disse que há risco de que o espaço estabelecido “desemboque num cenário de ‘desconstitucionalização’ de direitos fundamentais alçados a cláusulas pétreas pela Carta Magna de 1988”. Muitas outras lideranças indígenas também já denunciaram a comissão.

MARCO TEMPORAL

A comissão do STF surgiu em meio aos debates sobre a tese do Marco Temporal. Segundo essa tese, os povos indígenas teriam direito de ocupar apenas as terras que ocupavam (ou já disputavam) na data de promulgação da Constituição de 1988. O que é um verdadei-

ro absurdo, uma vez que muitas comunidades indígenas foram deslocadas e expulsas de suas terras ancestrais por jangadeiros, a mando dos grandes proprietários de terra.

Em setembro de 2023, o STF decidiu que a data não pode ser utilizada para definir a ocupação tradicional da terra pelas comunidades indígenas. Mas, em dezembro, antes de que a decisão do STF fosse publicada, o Congresso Nacional, que representa os latifundiários do país, editou a Lei 14.701/2023 e adotou o Marco Temporal. Desde então, foram apresentadas quatro ações questionando a validade dessa lei.

Daí vem a manobra da comissão do STF. Presidida pelo Ministro Gilmar Mendes, um notório representante de fazendeiros ladrões de terras, a comissão iniciou debates no sentido de indenizar os autointitulados proprietários de terras, em casos de demarcação.

Pela Constituição, as terras indígenas são terras da União. Por esse motivo, não é admissível pagar por uma terra que já é pública. Na verdade, a indenização traz pelo menos dois grandes problemas. O primeiro é a premiação de ladrões de terras e assassinatos de indígenas. O segundo problema é que o processo de indenização vai congelar a demarcação das Terras Indíge-

nas, uma vez que ela só será possível mediante pagamento em dinheiro a seus supostos proprietários. O não avanço da titulação das terras quilombolas, em parte, se deve a isso.

“Estou aqui pra repudiar o ato do ministro Gilmar Mendes que vai contra a sua própria decisão, que já julgou a tese do Marco Temporal inconstitucional. Ou seja, essa conciliação é, sim, um golpe pra retirada dos nossos direitos, para negociar os direitos dos povos indígenas”, declarou nas redes sociais Txai Suruí, do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia.

A manobra do STF se completa com as movimentações dos ruralistas no Congresso Nacional para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição número 48, que tenta colocar na Constituição o marco temporal. “A mesa de negociação é ilegal do ponto de vista dos direitos originários. Afinal a Constituição proíbe negociações de Direitos Fundamentais. Além disso a Bancada anti-indígena prepara a PEC 48 para ser votada dia 30 de novembro para garantir a constitucionalidade do nosso extermínio. Aprovada a PEC a negociação torna-se legal. O que Gilmar Mendes está fazendo é uma cortina de fumaça para enganar os povos indígenas a favor dos ruralistas”, explica Raquel Künä Yporã Tremembé.



EXPERIÊNCIA PILOTO NO MATO GROSSO DO SUL

Recentemente, o próprio Gilmar Mendes relembrou o acordo firmado entre fazendeiros, os governos federal e estadual e lideranças indígenas, envolvendo a demarcação da Terra Indígena NandeRu Marangatu, em Mato Grosso do Sul.

O acordo histórico de conciliação visa dar fim ao conflito fundiário na região, que dura mais de 30 anos. O acordo prevê o pagamento de R\$ 146 milhões aos fazendeiros. Só depois da assinatura do acordo, o Estado cumpriu sua obrigação constitucional com os povos indígenas e restaurou o decreto de homologação da Terra Indígena (TI) Nhan-

deru Marangatu, que estava suspenso desde 2005, em virtude de uma decisão monocrática, proferida pelo ex-ministro do STF Nelson Jobim.

Por décadas, os fazendeiros agora indenizados despejaram, ameaçaram e atacaram covardemente famílias indígenas, provocando conflitos nos quais pelo menos sete Guarani Kaiowá foram assassinados. Entre eles, a liderança indígena Marçal de Souza, morto a tiros, em 1983, após ter denunciado a situação de seu povo ao Papa João Paulo II.

É esse modelo que estão tentando implementar no país, passando por cima de direitos constitucionais garantidos com muita luta e sangue.

ARRANCADO NA LUTA



Exemplo de uma vitória da luta indígena

No último dia 23, sete portarias declaratórias (que avaliam os estudos feitos por antropólogos e especialistas, dando início ao processo de demarcação) de terras indígenas do povo Guarani foram assinadas pelo Ministro da Justiça Ricardo Lewandowski. As Terras Indígenas (TIs) Jaraguá, Peguacoty, Djaiko-aty, Amba Porã, Pindoty-Araça-Mirim, Tapy'i/Rio Branquinho e Guaviraty, todas localizadas no estado de São Paulo, tiveram sua tradicionalidade reconhecida, após anos de espera.

No caso das Terras Indíge-

nas Djaiko-aty e Amba Porã (no município de Miracatu), Peguacoty (em Sete Barras) e Tapy'i/Rio Branquinho (nos limites de Cananeia), foram treze anos desde sua identificação e delimitação. Já no caso da TI Guaviraty, em Iguape, também no estado de São Paulo, a espera foi de 23 anos.

A TI Jaraguá teve sua portaria publicada em 2015, sendo depois anulada, em 2017, pelo então Ministro da Justiça do governo Temer, Torquato Jardim.

Essas são as primeiras portarias declaratórias após seis

anos. Mas isso não foi nenhuma concessão. Foi o cumprimento dos deveres constitucionais por parte do governo. E, acima de tudo, representam uma vitória de anos de lutas dos movimentos indígenas.

“É uma portaria de muita luta, de muito sofrimento e perseguições, que a gente lutou muito pra conseguir. Vai ser entregue na Casa de Reza. Vamos comemorar, sim, com rezas”, disse Sonia Barbosa Ara Mirim, reconhecida liderança do Jaraguá, ao exibir orgulhosa o documento nas redes sociais.

PRIVATIZA QUE PIORA

Sem saúde, energia e água: Brasil vive o caos das privatizações

 ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO

No dia 11 de outubro, seis pessoas que estavam na fila de transplantes da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ) receberam órgãos infectados pelo HIV (vírus transmissor da Aids). Uma situação inaceitável, já que o Brasil é referência em transplantes e em políticas públicas voltadas às pessoas que vivem com o HIV.

O crime foi cometido pela PCS Lab Saleme, uma empresa privada, contratada em dezembro do ano passado para fazer a sorologia de órgãos doados. Com três contratos no montante de R\$ 17,5 milhões, o laboratório diminuiu a segurança na execução dos exames para reduzir custos, como foi denunciando por um de seus funcionários.



O Ministério Público disse que não é a primeira vez que o laboratório comete esse erro, já tendo sido denunciado por dezenas de resultados com falso positivo ou falso negativo para HIV. Por isso, o laboratório responde a inúmeras ações na justiça.

Mesmo assim, o PCS Lab Saleme foi contratado pelo governador Cláudio Castro (PL),

que avançou na privatização da Saúde pública. Ao invés de fortalecer o Laboratório Central Noel Nutels (LACEN), como uma instituição pública que poderia assumir esses serviços, o governador dá dinheiro da Saúde para empresas privadas que visam apenas o lucro.

Soma-se a isso, ainda, as manobras de favorecimento a familiares de políticos ligados

ao governador. Matheus Sales, o sócio-diretor do PCS Lab Saleme, é primo do ex-Secretário de Saúde do Rio de Janeiro conhecido como Doutor Luizinho, hoje deputado federal pelo Progressistas (PP).

POLÍTICA APLICADA TAMBÉM PELA DITA "ESQUERDA"

Mas a privatização da Saúde pública não é uma prática apenas de governos de direita, como o de Cláudio Castro.

Na Bahia, governada pelo PT, todos os hospitais estaduais são geridos por Organizações Sociais (OS's). Em março, o governador Jerônimo Rodrigues inaugurou o Hospital Ortopédico do Estado (HOE), que contou com um investimento de R\$ 221 milhões. Considerado o maior hospital público de ortopedia e traumatologia do Brasil, a gerência do HOE foi entregue à Sociedade Be-

neficiente Israelita Brasileira Albert Einstein.

A transferência da responsabilidade da Saúde pública à iniciativa privada também acontece em Belém (PA), administrada por Edmilson Rodrigues (PSOL). Como consequência, recentemente, 20 pacientes denunciaram que sofreram infecções bacterianas nos olhos, após procedimentos cirúrgicos na clínica São Lucas. Destes, 16 perderam a visão.

Fotos divulgadas pelos pacientes mostram que a clínica é suja, com lixo e até baratas. Uma das pacientes que ficou cega disse que o pano cirúrgico colocado no rosto dela fedia muito. Ao invés de construir hospitais públicos de qualidade, o prefeito do PSOL prefere repassar dinheiro do Sistema Único de Saúde (SUS) para este tipo de clínica.

SEM LUZ

Apagão da energia ilumina efeitos da privatização

Toda essa situação também se dá no setor de energia, e a população sente a catástrofe da privatização: apagões, serviços péssimos e tarifas altas.

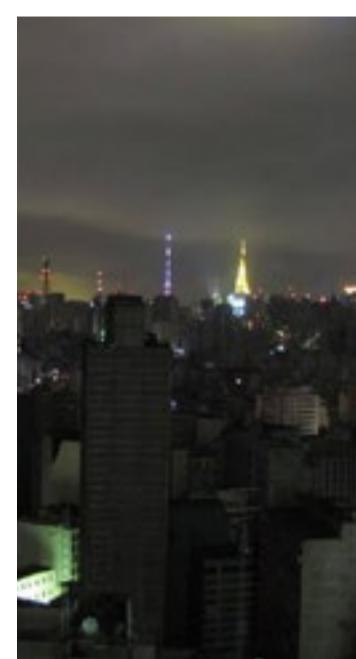
São Paulo, por exemplo, vem sofrendo com constantes apagões. O último foi no dia 12 de outubro, quando mais 2 milhões de moradores ficaram no escuro após uma tempestade.

O serviço só foi normalizado

uma semana depois, já que a multinacional Enel, concessionária responsável pela distribuição de energia, não tinha funcionários suficientes para garantir o retorno do serviço. A empresa reduziu em 35% o número de funcionários, ao mesmo tempo em que dobrou seu lucro: só em 2022, distribuiu R\$ 1,4 bilhão de lucro para acionistas estrangeiros.

No Pará, a população sofre com o preço abusivo praticado pelo Equatorial Energia. Dados da agência reguladora, divulgados em agosto, informam que os moradores do Pará continuam pagando a tarifa mais alta do Brasil.

No último dia 22, uma equipe da Equatorial Pará foi impedida por moradores de entrar na cidade de Bagre, na Ilha do Marajó. Além das tarifas altas, a população reclama de um esquema de corrupção na cidade, envolvendo funcionários da empresa. Privatização e corrupção andam sempre de mãos dadas.



SEM ÁGUA!

A privatização que deixa a população sem luz é a mesma que deixa a população sem água. No Rio de Janeiro, a população vem sofrendo, após a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae).

No último dia 25, mais de 50 bairros na região metropolitana da cidade do Rio ficaram sem água por uma semana. Revoltados, moradores de Realengo protestaram, no dia 28, ocupando a Avenida Brasil.

SAÍDA

Lutar pela reestatização, já!



A luta pela reestatização está na ordem do dia. A população está cansada dos abusos impostos por essas megas empresas capitalistas, sugadoras do dinheiro público.

Nossa luta não pode se resumir a medidas paliativas, como cobrar fiscalização por parte das agências reguladoras, que são marionetes das empresas, ou achar que a poda de árvores vai resolver a situação.

É preciso ir à raiz do problema. É necessário expropriar essas grandes empresas capitalistas, reestatizá-las, sob o controle dos trabalhadores e dos usuários, rompendo com a noção de que serviços essenciais são

mercadorias a serviço do lucro.

Essa revolta tem que ser direcionada aos governos e às empresas multinacionais. Lula deve ser cobrado porque segue com a lógica privatista, através das Parcerias Público-Privadas (PPPs). Em São Paulo, por exemplo, Tarcísio de Freitas está vendendo escolas públicas na Bolsa de Valores, sustentando nas PPPs do governo Lula.

É preciso construir a mais ampla unidade para barrar as privatizações e exigir a reestatização de todas as empresas públicas. Mas essa luta deve acontecer de forma independente dos governos e dos patrões; isto é, com independência de classe.

2º TURNO

Vitória de um Centrão mais à direita e as derrotas do PT e do PSOL

 JÚLIO ANSELMO,
DA REDAÇÃO

Passado o 2º turno das eleições municipais, já é possível traçar um balanço mais completo desse processo. Primeiro, reafirmou-se a vitória do Centrão e da direita. O Partido Social Democrático (PSD) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ganharam cinco capitais, cada um, repetindo numericamente o feito de 2020. Mas, o PSD ultrapassou o MDB, alcançando um total de 885 prefeituras em todo o país.

Demais siglas, como União Brasil e Republicanos, também tiveram vitórias significativas, conquistando 583 e 433 prefeituras, respectivamente. O bolsonarista Progressistas (PP) ele-

Foto: Jose Cruz / Agência Brasil



Kassab um dos líderes do centrão

ceu 746 prefeituras. O Partido Liberal (PL), que é categoricamente oposição de direita ao governo, ficou com 516.

O partido de Bolsonaro

abocanhou quatro capitais, resultado inédito para o ex-presidente e seu partido. Tiveram, ainda, o maior número de prefeituras nas ci-

dades com mais de 200 mil habitantes. Mas, no 2º turno, perderam para o Centrão em várias capitais que disputaram. Ou seja, mesmo tendo vitórias, foram aquém do esperado por Bolsonaro e a cúpula do PL.

VITÓRIAS E DERROTAS

Se no 1º turno o PL foi o partido que mais cresceu em número de votos, e também o que garantiu a ida ao 2º turno no maior número de cidades (entre elas, nove capitais); no 2º turno o partido venceu em apenas duas (Aracaju/SE e Cuiabá/MT), perdendo, em geral, para candidaturas do Centrão ou da direita que fazem uma oposição mais dura ao governo, mas ainda institucional, como em Goiânia, onde Bolsonaro se envolveu pessoalmente no enfrenta-

mento contra Ronaldo Caiado (União Brasil).

Houve, ainda, um crescimento dos votos nulos e das abstenções, que expressam desde um desgaste do regime até uma certa apatia e indiferença.

O PT e o PSOL, por outro lado, sofreram uma grande derrota, embora o PT tenha ganhado mais prefeituras que em 2020. No 2º turno, o PT disputava diretamente três capitais: Cuiabá (MT), Porto Alegre (RS) e Fortaleza (CE). Ganhou apenas em Fortaleza, aos 45 do segundo tempo, pela diferença de apenas 10 mil votos.

Soma-se a isso a derrota de Boulos, em São Paulo, que, apesar de ser do PSOL, era o candidato de Lula e do próprio PT na cidade. Para um setor à frente do Governo Federal é uma derrota importante.

CONSOLIDAÇÃO

O Centrão e a direita



Tarcísio de Freitas Governador de São Paulo

O Centrão que saiu vitorioso dessa eleição não é o velho Centrão do último período. O que chamamos de Centrão foi, de conjunto, mais para a direi-

ta. Estão estruturando e consolidando uma direita ideológica extremada, nos limites da institucionalidade, e uma ultradireita que desafia e vai além dos

limites da democracia burguesa, como o “bolsonarismo” em suas diversas variantes.

Desde a redemocratização, o Centrão ajudou a compor to-

dos os governos – do PSDB ao PT. Hoje, 70% do espectro partidário está à direita do PSDB. Destes, uns 30% são uma força de ultradireita, capaz de mobilizar e, também, de chegar ao 2º turno e quase ganhar.

PSD e MDB são partidos tipicamente do Centrão. Assim como o União Brasil e Republicanos, sem deixarem de ser pragmáticos e fisiológicos, são hoje ideologicamente muito mais à direita e até abrigam alguns tipos diversos de bolsonaristas, como Tarcísio, Damares e Mourão.

UM PÉ EM CADA CANOA

Ao mesmo tempo em que seguem essa guinada à direita, o PSD, o MDB, o Republicanos, e até o PP, compõem ministérios no governo Lula. E, ainda, fazem parte do governo Tarcísio, em São Paulo, assim como faziam parte do governo Bolsonaro. Isso mostra como é falso o discurso do PT sobre combater a direita.

Isso também se reflete nas

eleições municipais. Eduardo Paes (RJ) e Fuad (MG), do PSD, são mais próximos de Lula; enquanto Topázio Neto (SC) e Eduardo Pimentel (PR), do mesmo partido, são apoiadores de Bolsonaro, com os vices sendo do PL e, no caso do Paraná, um “bolsonarista raiz”.

Também no MDB isso se expressa com Ricardo Nunes, em São Paulo, e Sebastião Melo, em Porto Alegre, tendo vices do PL e apoiados por Bolsonaro. Enquanto que, em Belém, o prefeito eleito, Igor Normando (MDB), é aliado do presidente Lula e foi apoiado pelo PT no 2º turno.

Muito se tem dito sobre como a vitória do Centrão mostra que a polarização no país ficou para trás. É verdade que a polarização foi menor e o papel das figuras de Lula e Bolsonaro não teve tanto peso. Mas, o significado disso tem sido a estruturação e a consolidação, cada vez maiores, da direita e, também, da ultradireita.

DISPUTAS

As divisões no bolsonarismo

O signo da campanha foi a demonstração de um maior enraizamento da direita e da ultradireita. Pautaram o debate e mostraram diversas novas roupagens. O bolsonarismo vem de uma grande derrota, com as punições após a tentativa de golpe.

Diminuíram os rompantes autoritários, mas ganharam novos contornos, que passam pelo bolsonarismo tido como mais domesticado, com Tarcísio, inclusive com a capacidade de incidir sobre o Centrão. E há alas que têm um projeto mais abertamente autoritário, em fenômenos com características diferentes, como Marçal (SP) e Nikolas Ferreira (MG), passando por bolsonaristas "raiz", mais tradicionais, como o

prefeito eleito de Cuiabá, ou Ratinho Jr., no Paraná.

Embora sejam setores com diferenças entre si, são partes do mesmo fenômeno de ultradireita. E todos eles com grandes acordos programáticos entre si. Neste sentido, as divisões na ultradireita são uma derrota para Bolsonaro, mas também são um sintoma de que esta corrente política tem um lastro social e ideológico, não sendo apenas expressão de um "voto castigo" ou da simpatia episódica por uma figura populista.

DIVIDIDOS, MAS COM VITÓRIAS IMPORTANTES

Se, por um lado, houve um desgaste de Bolsonaro, não se pode dizer que o bolsonarismo ou a ex-

trema direita tiveram uma derrota como a do PT. A direita se fortaleceu com o Centrão e com figuras de direita categóricas e extremadas, como Tarcísio de Freitas, em São Paulo.

A própria extrema direita saiu maior das eleições de conjunto e, mesmo onde perdeu, teve vitórias políticas importantes, como em Belo Horizonte, com Engler (PL); em Fortaleza, com André Fernandes (PL); em Curitiba, com a Cristina Graeml (PMB); sem falar no Marçal (PRTB), que apesar de não ir para o 2º turno em São Paulo virou uma figura nacional.

A pulverização da ultradireita pode significar seu fortalecimento ou enfraquecimento. Isto ainda não está dado. Há muita água para rolar. Mas, hoje,



Nikolas deputado federal da extrema direita

o resultado eleitoral mostrou que apesar dessa pulverização estes setores tiveram conquistas políticas

e eleitorais em 2024, apesar da derrota pós 8 de janeiro e dos maiores questionamentos a Bolsonaro.

BALANÇO

As várias derrotas do PT e do PSOL

As candidaturas do PT e PSOL não empolgaram nestas eleições. Como suposta solução, buscaram mais ainda aliança com setores da direita e dos bilionários capitalistas. A tarefa que se deram foi se apresentarem como os melhores nomes para salvar o sistema.

Chegou ao cúmulo de, por exemplo, em Cuiabá (MT), Lúdio Cabral, o candidato do PT, fazer coro com as pautas conservadoras defendida pelos bolsonaristas, na questão do aborto e das opressões, se colocando integralmente a serviço do fundamentalismo religioso.

Ou, ainda, o aceno estapafúrdio de Boulos, ao aceitar a "live" com Marçal, dizendo que incorporaria propostas dele, assim como fez com Tabata Amaral, reconhecida liberal e privatista, que votou a favor da Reforma da Previdência de Bolsonaro.

O FRACASSO DA TENTATIVA DE SERVIR A DOIS SENHORES

No geral, estas candidaturas defenderam o mesmo modelo de Lula na Presidência.



Disseram que governariam para todos, mas o programa apresentado estava inteiramente a serviço dos bilionários capitalistas.

Um programa que mantém a política fiscal exigida pelo mercado e a manutenção do Arcabouço Fiscal, com o corte de verbas nas áreas sociais, os ataques ao funcionalismo, as privatizações e Parcerias Público-Privadas (PPP's), assim como a entrega do país às multinacionais, a depredação ambiental e os benefícios ao grande agronegócio.

O problema do PT não é

apenas rejuvenescimento e meios de comunicação. É de conteúdo. Ou seja, tem a ver com responder a uma questão fundamental: Que classe social seu projeto, programa e política representam? Algo cuja resposta se encontra no fato de que são cada vez mais vistos como parte do sistema capitalista e da institucionalidade burguesa.

Aquele projeto social liberal, aplicado lá atrás, de distribuir dinheiro público para setores da burguesia e, em base ao crescimento econômico, fazer política sociais compensatórias, geran-

do ascensão social das classes baixas através do consumo, está esgotado.

A expectativa de que um crescimento econômico induzido pelo Estado vai virar mais consumo e melhorias para os trabalhadores, hoje,

se choca com a realidade do próprio capitalismo brasileiro e mundial, que se debate, de crise em crise, com setores da burguesia, exigindo mais espoliação e maiores lucros. Na prática, o projeto do PT não apenas é (como sempre foi) parte desta engrenagem, como também, agora, é visto desta forma.

PAGANDO O PREÇO PELA PROPOSTA DE GERIR O CAPITALISMO EM CRISE

A derrota eleitoral do PT nesta eleição mostra que o governo Lula não serve nem para derrotar a ultradireita. Já que, ao contrário do que diz o ministro petista Paulo Pimenta, a ultradireita não foi derrotada ou isolada. E, muito menos, o governo Lula foi vitorioso nessa eleição municipal.

Não é para menos. Afinal, o governo do PT é o principal sustentador do Centrão e da direita, liberando as emendas parlamentares, não punindo os golpistas, distribuindo cargos e ministérios para a direita e fazendo todo tipo de acordos de financiamento com bolsonaristas, como Tarcísio.

Em suma, o PT se dirige para a centro-direita, se transformando num partido cada vez mais igual a tudo que está aí. Um defensor da desgastada institucionalidade burguesa, do "status quo" (da ordem vigente ou da manutenção das coisas como estão) do capitalismo que ele ajudou a gerir por cinco mandatos.

DIREITOS NA MIRA

Passadas as eleições, governo Lula prepara pacote de ataques contra os trabalhadores

Medidas vão de ataques ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), ao abono salarial e ao seguro-desemprego, até uma nova Reforma da Previdência

 DA REDAÇÃO

Enquanto fechávamos esta edição, o Ministro da Fazenda Fernando Haddad se reunia com o presidente Lula, em Brasília, para discutir as próximas medidas de ajuste fiscal e cortes contra direitos dos trabalhadores e aposentados.

Longe de ser uma surpresa, o governo já vinha declarando

que estava apenas esperando passar as eleições para preparar o pacote de ataques e enviá-lo ao Congresso Nacional. O próprio Haddad revelou à imprensa, em outubro, que apresentou a Lula um conjunto de “propostas consistentes” a fim de se garantir o Arcabouço Fiscal e a meta de déficit zero (arrecadação menos gastos, excluindo os juros da dívida). A declaração ocorreu após uma reunião entre o

ministro, Lula e banqueiros, no Palácio do Planalto.

CORTES E ATAQUES A SERVIÇO DA GANÂNCIA DOS BANQUEIROS

Na ocasião, a Ministra do Planejamento Simone Tebet (MDB) afirmou que “já foi o momento de combater fraudes e erros, agora é hora de fazer revisão estrutural”. Ela se referia ao corte de R\$ 6 bilhões

do Benefício de Prestação Continuada (BPC), atingindo mais de 670 mil idosos carentes e pessoas com deficiência, que recebiam esse direito. Um corte maquiado como uma “revisão” que o governo vem fazendo, principalmente para dificultar os critérios para o seu acesso. Agora, chegou a hora do ajuste “estrutural”.

Ainda segundo Tebet, o governo já tem preparado três pacotes para serem enviados ao Congresso. São medidas que vão da alteração de leis até mudanças constitucionais. Aloizio Mercadante, que está na presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), se juntou ao círculo, defendendo, num evento voltado a investidores estrangei-

ros, que “o governo tem de cortar gastos”. Segundo ele, “temos de colocar a meta de grau de investimento como fundamental”.

“Grau de investimento” é uma classificação conferida por instituições internacionais do mercado, garantindo aos mega banqueiros e grandes especuladores que o país vai honrar religiosamente a remuneração dos juros da dívida. É o imperialismo botando a placa de “funcionário do mês” do Brasil na parede, atestando a submissão e a vassalagem do governo, à custa de direitos trabalhistas, aposentadorias, cortes nas áreas sociais, como Saúde e Educação, para garantir os lucros dos banqueiros.

ENTENDA

Arcabouço Fiscal tira dinheiro do social em favor dos bilionários

O chamado “Novo Arcabouço Fiscal”, aprovado pelo governo no ano passado, substituiu o Teto de Gastos, do governo Temer. Porém, ao contrário do que afirmam o governo e seus defensores, não se trata de uma medida “menos pior” que o Teto, mas de um novo teto, cujo objetivo é o de, justamente, se manter a longo prazo, como afirmou o próprio Haddad.

ATAQUES

Direitos sociais e trabalhistas na mira

O que, de fato, está sendo tramado dentro do Planalto, junto com os banqueiros, contra os trabalhadores e os aposentados? Até agora, o governo se negou a divulgar as medidas, mas já deixou evidente que algumas propostas, se não todas, estão definidas.

No dia 15 de outubro, o jornal “O Globo” divulgou que uma delas seria a alteração da multa de 40% do FGTS e do seguro-desemprego. A ideia seria confiscar parte dessa multa, a que o trabalhador tem direito ao ser demitido sem justa causa, para custear o próprio seguro-desemprego. Quanto maior a multa, menor o número de parcelas às quais o trabalhador teria direito.

Outra medida, ou parte da mesma alteração, seria transformar a multa rescisória, paga ao trabalhador, num imposto que o empregador pagaria ao governo.

Uma semana depois, em meio à polêmica levantada pela divulgação da notícia, o governo se pronunciou, através de uma nota à imprensa, afirmando que a informação seria falsa. Lula, Haddad e Tebet ficaram calados e o único ministro que negou a notícia, a chamando de “fake News”, foi Luiz Marinho, do Trabalho.

Tudo com cara de notícia plantada pelo próprio governo para avaliar como as medidas bateriam na população. E pelo jeito, não bateu muito bem.

De qualquer forma, algumas pistas dadas pelo governo já indicam o que vem pela frente. Haddad e sua equipe já haviam alertado que o Arcabouço Fiscal era incompatível com a manutenção dos pisos constitucionais da Saúde e da Educação. Além disso, uma série de direitos já estão na mira, como o abono salarial, o seguro-desemprego e o BPC.

SAIBA MAIS

Arcabouço Fiscal tira dinheiro do social em favor dos bilionários

 Fim do piso de 18% da receita para a Saúde.

 Fim do piso de 15% da receita para a Educação.

 Aumento da idade mínima para o BPC, afetando os idosos mais pobres e deficientes.

 Desvinculação do BPC do salário mínimo, reajustado apenas pela inflação.

 Novo ataque ao seguro-desemprego. Mesmo com o desgaste da notícia sobre o confisco da multa do FGTS, uma alteração que pode vir é a redução de parcelas do benefício, a depender do valor da multa do FGTS.

 Restrição do acesso ao abono salarial, um salário extra pago a quem

recebe até dois salários mínimos. A ideia é considerar a renda familiar e não mais o salário individual.

 Nova Reforma da Previdência: apesar de Haddad negar que estivesse em discussão uma reforma do Regime Geral da Previdência, ele próprio afirmou, em setembro, que as categorias que ficaram fora da última reforma “podem dar uma contribuição para melhorar as contas públicas”. Já a ministra Simone Tebet foi mais direta: “Vamos ter de fazer isso pela convicção ou pela dor”, chegou a dizer ao jornal “Valor Econômico”.

 Ataque ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

TIRANDO DOS TRABALHADORES PARA ENTREGAR AOS BILIONÁRIOS

Economia que o governo espera com o pacotaço



Plano Safra, concedido ao grande agronegócio



Isenções fiscais a grandes empresas (2024)



Fonte: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Unafisco

Juros da dívida pública, pagos aos banqueiros (2023)



Fonte: Banco Central

NEOLIBERAL

Um governo de conciliação que aplica um programa neoliberal



O governo Lula não só não se dispõe a enfrentar a direita e a extrema direita, como também, em sua tentativa de garantir um governo de conciliação com a burguesia, numa composição de frente amplíssima, que abrange até a extrema direita, acaba por impor um programa e um projeto neoliberais contra a classe trabalhadora.

O Arcabouço Fiscal, por exemplo, não foi aprovado “com a faca no pescoço”, mas, ao contrário, foi elaborado pelo próprio governo. O projeto foi

redigido no Planalto e no Ministério da Fazenda e aprovado com a ajuda de Lira e do Centrão, à custa de bilhões em emendas parlamentares.

O governo Lula vem dando mostras cada vez mais evidentes de que atua com e para a burguesia, o imperialismo, os grandes banqueiros, os investidores internacionais e, inclusive, o grande agronegócio, como parte de seu próprio programa e projeto de país.

O Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), por exemplo, aprofunda a privatização país afora, com o apoio federal, via BNDES. O recente ataque ao BPC, por sua vez, deu um ar de perversidade a esse programa neoliberal, ao atingir justamente a população mais pobre e vulnerável.

DISCURSOS “PRA INGLÊS VER” E ATAQUES AOS MAIS VULNERÁVEIS

O discurso que Lula e mesmo Haddad fazem para fora, na Organização das Nações Unidas (ONU), no Fundo Monetário Internacional (FMI) ou na Organização Mundial do

Comércio (OMC), contra as desigualdades e os bilionários, são o exato oposto do que impõem aqui dentro.

Mesmo a questão dos juros, que Lula fez seu cavalo de batalha, durante dois anos, contra o bolsonarista Campos Neto no Banco Central, o governo mostrou que não está disposto a encarar. O indicado por Lula ao posto, Gabriel Galvão, votou recentemente pelo aumento dos juros. Logo, por mais dinheiro aos banqueiros e megainvestidores internacionais.

O pacotaço antitrabalhador, agora, vem incrementar o Arcabouço Fiscal e ataca direitos históricos de uma classe trabalhadora cada vez mais empobrecida e precarizada. Cai por terra, assim, qualquer resquício da tese de um suposto governo em disputa.

A esquerda que defende que a tarefa colocada é apoiar o governo “contra o fascismo”, aceita esses limites, atua contra a formação de uma oposição de esquerda e acaba, ela mesma, ajudando a incensar a própria extrema direita.

OPOSIÇÃO DE ESQUERDA E SOCIALISTA

Lutar contra o Arcabouço Fiscal e o pacotaço de Lula e dos banqueiros



Em breve, o governo deve anunciar os detalhes do pacotaço antitrabalhador. É necessário começar a organizar, desde já, a mobilização contra esses ataques. É preciso organizar a classe trabalhadora, os setores precarizados e oprimidos, contra esses ataques e pelo fim do Arcabouço Fiscal e todas as medidas de cortes e ajuste fiscal jogadas no lombo do povo pobre.

Nesse processo, é necessário construir, junto à classe trabalhadora e ao povo pobre, uma oposição de esquerda, revolucionária e socialista, que se oponha a essa política neoliberal. Uma política que, além de atingir os mais pobres, em benefício dos bilionários capitalistas, alimenta cada vez mais uma extrema direita que cresce diante da decadência e da crise do sistema.

PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Lula, Arthur Lira e os grandes empresários querem impor uma nova Reforma Administrativa



EDUARDO ZANATA,
DA CSP-CONLUTAS

Nos últimos dias, a Reforma Administrativa voltou à pauta dos jornais e das movimentações dos setores empresariais. As declarações do Ministro da Fazenda Fernando Haddad, cobrando o Congresso pela votação do PL 6.726/2016, que limita os supersalários nos serviços públicos; a criação de uma coalizão de empresários pela Reforma Administrativa, encabeçada por setores do varejo e serviços; e o grupo de trabalho criado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e pela Advocacia Geral da União (AGU), para elaborar uma proposta de Reforma Administrativa, ganharam as manchetes dos principais jornais.

O QUE ESPERAR DA REFORMA ADMINISTRATIVA?

Quando falamos em Reforma Administrativa, é comum pensar no Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 32/2020, construído por Paulo Guedes e que está com a tramitação empacada no Congresso.



A luta dos servidores públicos impediu a votação desta PEC. Vira e mexe, Arthur Lira anuncia que a PEC 32/2020 entrará na pauta da Câmara; mas, por enquanto, não teve êxito.

A PEC é baseada em um documento do Banco Mundial (BM), de 2020, que analisava o Estado brasileiro e buscava estabelecer diretrizes para uma Reforma Administrativa.

“Esta nota apresenta, de forma não exaustiva, alguns dos principais desafios relacionados à gestão de recursos humanos no governo federal (...) Tais desafios envolvem, dentre outros, aproximar os salários dos servidores às remunerações da iniciativa privada, reduzir o número de carreiras e torná-las mais transversais, redesenhar a estrutura de pagamentos dos

servidores, de forma a reduzir salários de entrada e relacionar ganhos salariais com desempenho”, afirma o documento do BM.

O governo Lula se diz contrário à PEC, mas a Reforma Administrativa que ele defende e está implementando segue os mesmos objetivos traçados pelo documento do Banco Mundial, que foi a base do projeto de Paulo Guedes.

A diferença é que o governo Lula quer fatiar a implementação dessa reforma, executando parte dela através de instrumentos infralegais, como portarias, instruções normativas, decretos etc., e apostando na consumação de outra parte desta reforma através de alguns projetos de lei, para serem aprovados no Congresso Nacional.

SUPERSALÁRIOS SÃO CORTINA DE FUMAÇA

O barulho de Fernando Haddad e Esther Dwe-

ck (ministra do MGI) sobre supersalários e sobre a revisão do decreto-lei 200/67 da ditadura militar são, na verdade, uma cortina de fumaça, uma tentativa de pintar de progressiva uma Reforma Administrativa profundamente reacionária que o governo quer impor.

Por trás do discurso de modernização do Estado, propagado pelo governo Lula, a Reforma Administrativa quer diminuir os gastos com servidores e serviços públicos, para garantir a aplicação do Arcabouço Fiscal, o pagamento da dívida pública e abrir margem para garantir enormes pacotes de isenção fiscal às grandes empresas.

Além disso, essa reforma quer entregar ao setor privado, por meio de terceirizações, concessões, privatizações etc., parcela importante dos serviços públicos.



Arthur Lira e Fernando Haddad

Foto: Lula Marques / Agência Brasil

CONFIRA

Quais são as medidas da Reforma Administrativa que Lula já implementou e quer implementar?



JÁ IMPLEMENTOU

Portaria 5127/2024 - Estabelece as diretrizes para a reestruturação das carreiras dos servidores. Essa medida busca modificar as carreiras, para aproximar a média salarial dos servidores públicos do setor privado, mais baixa. Modifica, ainda, os critérios de progressão nas carreiras, aumentando o tempo para a progressão e condicionando-a à avaliação de desempenho. Com isso, o governo busca reduzir a renda dos servidores da ativa, retardar suas aposentadorias, e submetê-los a um regime de metas, que vai facilitar o processo de assédio moral por parte das chefias, em cargos comissionados. Essa portaria também busca impulsionar a fusão e extinção de carreiras, principalmente de cargos de nível médio. Dweck afirmou, em entrevista em 2023, que vai priorizar os concursos de nível superior e caminhar para a extinção progressiva dos cargos de nível médio, que passariam a ser ocupados por terceirizados.

Instrução Normativa 24/2023 - Cria o Programa de Gestão e Desempenho (PGD), para servidores em regime de teletrabalho, presencial ou híbrido. A medida permite ao gestor estabelecer mudanças no regime de trabalho, adotando critérios de metas, ao invés de jornada de trabalho, sem a necessidade de consentimento do servidor. Com isso, abre-se uma porta para imposição de jornadas de trabalhos mais extensas, sem pagamento de horas-extras ou mesmo compensação por banco de horas. Além do mais, os servidores que forem empurrados pelo PGD para o teletrabalho terão que arcar com os custos para exercer a atividade laboral.

Concurso Nacional Unificado - O edital previa que os aprovados que não forem convocados para assumir os cargos efetivos poderão ser chamados para assumirem contratos temporários nos órgãos e ministérios. Com isso, o governo vai criar

um enorme banco de aprovados, que podem trabalhar sem plano de carreira, sem estabilidade no emprego, recebendo salários menores do que os efetivos, mas desempenhando as mesmas funções.

Concessão da Rede de Hospitais Federais do Rio de Janeiro - No dia 15 de outubro, o Ministério da Saúde publicou portaria que passa oficialmente a gestão do Hospital Federal de Bonsucesso (HFB) para o Grupo Hospitalar Conceição S.A., uma empresa pública de direito privado. Ou seja, a gestão do Hospital passará a ser feita nos moldes das instituições privadas. Isso significa que a contratação deixará efetivamente de ser feita por concurso público. Esse modelo também facilita a terceirização dos serviços necessários ao funcionamento do hospital.



QUER IMPLEMENTAR

IBGE+ - Querem transformar o Instituto Brasileiro de Geografia e Esta-

tística (IBGE) em uma fundação pública de direito privado, contratando sem necessidade de concurso público e podendo vender seus serviços a empresas privadas e multinacionais. Essa medida, uma privatização disfarçada do IBGE, vai mudar a função do órgão que levanta dados para entender a realidade brasileira e subsidiar as políticas públicas, subordinando suas atividades aos interesses dos grandes grupos empresariais.

PEC 65/2023 - Tramita no Senado e transforma o Banco Central (BC), de uma autarquia federal, em empresa pública com personalidade jurídica de direito privado. O BC passaria a um regime de contratos celetistas, e não pelo Regime Jurídico Único, e suas diretrizes seriam alteradas para buscar lucro. Uma das consequências dessa medida pode ser a taxação do PIX. Caso a PEC 65 estivesse em vigor desde 2018, a União deixaria de receber cerca de R\$ 91 bilhões do BC.

CONFIRA

O que fazer para reverter a precarização dos serviços públicos?

Sem dúvida, existe um processo crescente de precarização dos serviços públicos no Brasil. Esse é o resultado da política neoliberal, de cortes, desinvestimentos, privatizações e redução do quadro de servidores ativos, implantado por décadas, por FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro.

O processo de recolonização e desindustrialização do país impõe uma lógica de saque das riquezas produzidas no Brasil. Isso abrange o orçamento público, que é saqueado pelos grandes bancos, através da dívida pública. Em 2023, 43% do orçamento federal foi destinado para os juros e amortizações da dívida pública.

ENTREGA SERVE AO LUCRO DOS EMPRESÁRIOS

É essa mesma lógica que leva à entrega de ramos estratégicos e serviços públicos essenciais para o setor privado. A burguesia exige de seus governos a abertura de novas oportunidades de negócios.

Diante de um quadro de

desindustrialização da economia, uma forma rápida, segura e barata para a burguesia "investir" e obter lucros é se apropriar das empresas e serviços públicos. E quem sofre com isso são os trabalhadores, veja o caso recente da empresa de energia elétrica em São Paulo, a Enel, e do laboratório contratado pelo estado do Rio de Janeiro, que levou à contaminação por HIV de pelo menos seis pessoas transplantadas.

UM MITO A SERVIÇO DA PRIVATIZAÇÃO

A Reforma Administrativa, de Lula, de Bolsonaro e do Banco Mundial, é baseada no mito de que o Estado Brasileiro está inchado. Mas os dados revelam que a média de gastos e de servidores públicos no Brasil é inferior à média da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que se dedica à promoção de padrões internacionais em questões econômicas, financeiras, de políticas públicas, ambientais etc.

Além disso, o número de servidores na ativa vem di-



minuindo na última década. Somente na esfera federal são 80 mil a menos. Na verdade, o quadro é o oposto do que defende o Banco Mundial.

No Distrito Federal (DF), por exemplo, dois terços () da população dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, apenas 22% dos médicos do DF atuam na rede pública de saúde. Mesmo com a maior quantidade de médicos

por mil habitantes do país, a saúde pública do DF é um caos, com quase 1 milhão de pessoas esperando na fila, por atendimento no SUS.

FORTALECER SERVIÇOS PÚBLICOS

Para ter serviços públicos de qualidade, é preciso romper com a lógica capitalista que, hoje, rege a administração desses serviços. É preciso aumentar os investimen-

tos; interromper o processo de privatização e reestatizar os serviços e empresas privatizadas; contratar mais servidores e criar mecanismos de controle democrático de toda a gestão desses serviços e do orçamento pelos próprios trabalhadores.

Para fazer essas mudanças, é preciso derrubar o modo de produção capitalista e construir uma sociedade socialista.

ENTREVISTA

“Realização do G20 no Brasil é uma vergonha”



DA REDAÇÃO,

Nos dias 18 e 19 de novembro, o Brasil vai sediar a Reunião de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do G20, na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se uma reunião do clube dos principais países imperialistas do mundo, com seus associados. O “Opinião” conversou com Herbert Claros, da Secretaria Internacional da CSP-Conlutas, que fala sobre a realização do G20 no país, a armadilha preparada pelo governo Lula aos movimentos sociais e quais serão as atividades realizadas em protesto ao G20, pela Cúpula dos Povos.

**OPINIÃO SOCIALISTA:
O QUE É O G20 E EM QUE
MOMENTO DA CONJUNTURA
INTERNACIONAL VAI SE
DAR ESSA REUNIÃO, AQUI
NO BRASIL?**

Herbert Claros: O G20, formado pelos Ministros das Finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo, mais a União Africana e União Europeia, na verdade, não é uma entidade. É um órgão internacional, criado na crise econômica do final dos anos 90, na crise do México, na crise russa, quando o imperialismo norte-americano viu a necessidade de envolver outros países para tentar resolver a crise econômica. A criação do G20 servia para salvar o capitalismo da crise econô-

mica que ele mesmo gerou. O G20 não é um órgão oficial, mas, nos últimos anos, tem ditado, junto com o G7 [grupo formado pelas chamadas grandes potências: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, além de uma representação da União Europeia], com o FMI e o Banco Mundial, os planos de austeridade fiscal, os projetos neoliberais e as privatizações a serem aplicados nos países.

O G20 faz um rodízio dos países membros. Ano passado, foi na Índia. Ano que vem, vai ser na África do Sul. Esse ano, a presidência ficou com o Brasil.

A reunião ocorre num contexto de crise profunda do capitalismo, com a classe trabalhadora cada vez mais prejudicada pelos planos neoliberais de austeridade. Um contexto marcado pelo avanço da ultradireita em diversos países e por várias guerras, como na Ucrânia e o genocídio do Estado de Israel contra a Palestina, que agora, também, se estende ao Líbano.

**E O QUE VOCÊ ACHA SOBRE
O BRASIL SEDIAR A REUNIÃO
DO GRUPO? EXISTE UM
“G20 SOCIAL”, COMO DIZ O
GOVERNO?**

O presidente Lula deveria ter rejeitado que o G20 acontecesse no Brasil. É um absurdo sediar uma cúpula dessas, que só serve aos interesses das grandes potências imperialistas, como os Estados Unidos e

a Europa. É um absurdo que esse G20 aconteça no Brasil porque nós somos um país que sofre diretamente as consequências do domínio do imperialismo. Mas lembremos que Lula, há muito tempo, tem uma pauta pró-imperialista e não nos estranha que tenha aceitado a realização do G20 aqui, o que é uma vergonha para o Brasil. O próprio Lula, no seu primeiro governo, fez questão de chefiar a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), que foi o envio de tropas do Brasil para a ocupação do Haiti.

Não existe um “G20 Social” e nunca existiu, em nenhuma das edições do G20. É a primeira vez que vai ter um chamado, entre muitas aspas, “G20 Social”. Lula criou esse engodo com o único propósito de tentar segurar e impedir qualquer tentativa de mobilização independente contra a realização do G20 aqui.

No “G20 Social” serão realizadas oficinas e os movimentos sociais vão enviar uma carta com recomendações aos governos do G20. Não precisa ser nenhum militante esclarecido pra saber que o Biden (presidente dos Estados Unidos), o Macron (da França) ou o Olaf Scholz (Alemanha) nem vão olhar essa carta. O imperialismo está pouco se lixando pros movimentos sociais.

Em todos os lugares onde acontecem reuniões do G20, ocorrem manifestações dos movimentos sociais. Seja na Europa, seja na América do Norte. E, aqui, nós também vamos fazer isso.

**O QUE OS MOVIMENTOS
SOCIAIS, POPULAR E
SINDICAL DEVERIAM FAZER
PERANTE A REUNIÃO
DO G20? COMO SERÁ A
PARTICIPAÇÃO DA CSP-
CONLUTAS NA CÚPULA?**

Quando soubemos do G20, nós já aprovamos uma resolução de construção de uma mobilização internacional contra a reunião. No começo de ano, tivemos reuniões com



Herbert Claros

algumas organizações de movimentos sociais, chamadas principalmente pela Cúpula dos Povos, em que também estavam o Movimento Sem-Terra (MST), a CUT, a Marcha Mundial de Mulheres, movimentos negros do Rio de Janeiro, como também organizações das favelas cariocas. Construímos o que chamamos de “Cúpula dos Povos contra o G20”, em unidade de ação com distintas organizações dos movimentos sociais.

Mas, nas últimas semanas, a CUT e o MST resolveram romper com a Cúpula dos Povos porque, numa reunião que eles tiveram com um representante do Governo Federal, o governo foi explícito em dizer que Lula não quer manifestação alguma ou qualquer tipo de ato que repudie o imperialismo e o G20 no nosso país.

A CUT e o MST, organizações chapa-branca e que estão entrelaçadas com o governo, resolveram, então, se retirar da Cúpula e vão participar somente do “G20 Social”, como colaboradores, fazendo propostas para o G20. É lamentável do ponto de vista da construção da unidade popular contra o imperialismo e, também, deixa bem evidente que essas organizações estão cada vez mais atreladas ao governo, abandonando, de fato,

a luta de classes, as lutas concretas dos trabalhadores, tanto nas cidades como no campo.

Mas, mesmo assim, a Cúpula dos Povos se mantém. A maioria das organizações, inclusive, reafirmou ainda mais a importância de ter uma cúpula de maneira independente. Na quinta-feira, 14 de novembro, à tarde, haverá uma plenária e a CSP-Conlutas estará lá, com sua delegação

A ideia é que essa Cúpula dos Povos faça alguns debates a respeito de temas como meio ambiente, povos originários, a LGBTIfobia, os movimentos negros e de mulheres e os ataques à classe trabalhadora. No sábado da manhã, dia 16 de novembro, faremos uma grande manifestação em Copacabana, em repúdio a presença do imperialismo em nosso país.



Manifestação contra o G20 na Alemanha 2009

SERVIÇOS

CONFIRA A AGENDA DA
CÚPULA DOS POVOS

Plenária – 14 de novembro.
Local: Associação Brasileira de Imprensa. Período: 14h às 19h.

Marcha dos Povos – 16 de novembro. Local: Praia de Copacabana. Período: manhã.

PALESTINA

Proibição da agência da ONU para assistência aos refugiados: mais uma medida a serviço do genocídio

 **SORAYA MISLEH,**
DE SÃO PAULO (SP)

A serviço do genocídio do povo palestino, que segue há cerca de 390 dias, o Knesset – Parlamento israelense – aprovou, em 28 de outubro, por ampla maioria, dois projetos de lei que criminalizam e proíbem o funcionamento na Palestina ocupada da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA, na sigla em inglês).

A medida é tão escandalosa que suscitou condenação internacional generalizada. Mesmo aliados descarados do Estado sionista e o imperialismo estadunidense, que continua a fornecer as armas para seu enclave militar dar andamento à tentativa de extermínio palestino, se posicionaram, abertamente, contrários à medida.

REPÚDIO ATÉ MESMO DOS MAIS FIÉIS ALIADOS

Não é surpresa que o Parlamento israelense, como todas as instituições de um Estado racista por natureza, seja o instrumento para aprovar leis discriminatórias que sustentam o regime colonial sionista. Não obstante, a votação se apresenta como tão indecorosa que conseguiu, em 30 de outubro, o feito inédito de unanimidade na reunião do Conselho de Segurança da ONU.

Conforme divulgado pela agência de notícias “ONU News”, seus 15 membros alertaram



Isso é fome - Palestinos se aglomeram em tentativa desesperada de conseguir um pouco de comida em Deir al-Balah, centro de Gaza

taram “veementemente, na quarta-feira, contra quaisquer tentativas de desmantelar ou diminuir” as operações e o mandato da UNRWA. Na declaração adotada por consenso, os membros do Conselho expressaram “grande preocupação com a legislação adotada pelo parlamento israelense”.

O Conselho, também como divulgado pela “ONU News”, instou Israel a “cumprir as suas obrigações internacionais, respeitar os privilégios e imunidades da UNRWA e cumprir a sua responsabilidade de permitir e facilitar a assistência humanitária plena, rápida, segura e sem entraves, em todas as suas formas, em toda a Faixa de Gaza”.

Óbvio que a ONU segue buscando a via da negociação e da diplomacia com o monstro que ajudou a criar – o Estado racista de Israel.



Assim, o Secretário-Geral da organização, Antonio Guterres, disse, ainda segundo o comunicado da “ONU News”, que “a proibição de Israel à UNRWA, se implementada, violaria o direito internacional, a Carta fundadora da ONU e uma convenção da ONU, de 1946, sobre os privilégios e imunidades diplomáticas concedidos às operações da ONU”.

BANIR ISRAEL

Não se esperaria mais do que isso da ONU, que deu o sinal verde para a Nakba – a “catástrofe”, cuja pedra fundamental é a formação do Estado racista e colonial de Israel, em 15 de maio de 1948 sob os corpos palestinos e escombros de suas aldeias. Depois de tantos ataques, a organização deveria atender minimamente a demanda do movimento BDS (boicote, desinvestimento e sanções) para que Israel seja banido da ONU.

Em postagem nas redes sociais, o movimento BDS lembra que a UNRWA é, “de longe, a mais vital agência a prover ajuda humanitária” na Palestina ocupada, incluindo Gaza – onde Israel continua a escalar seu genocídio contra 2,3 milhões de palestinos –, Cisjordânia e Cidade Velha de Jerusalém, onde palestinos também

são assassinados e enfrentam violência diariamente.

“UNRWA é também indispensável em prover saúde, educação e serviços sociais a milhões de palestinos nos países árabes vizinhos”, acrescenta o BDS, lembrando que a votação no Knesset é parte da política genocida de matar, também de fome, milhões.

Assim, faz o chamado aos

povos em todo o mundo para “pressionar a ONU a expulsar Israel, assim como o apartheid na África do Sul foi banido”.

A campanha é parte da batalha urgente para isolar internacionalmente o Estado genocida, um dos pontos analisados pelo historiador israelense Ilan Pappé, como demonstração do início do fim do projeto colonial sionista.

Portanto, tarefa central da solidariedade internacional é acelerar esse processo, exigindo de seus respectivos Estados a ruptura de relações com Israel e, também, sua expulsão da ONU.

O QUE É A UNRWA?

A Nakba de 1948 culminou na expulsão violenta, em apenas seis meses, de 800 mil palestinos de suas terras – 2/3 da população palestina. Diante do grave problema dos refugiados, a UNRWA foi criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 8 de

dezembro daquele ano.

Atualmente, 5,9 milhões de palestinos refugiados estão registrados na agência e há 58 campos oficiais nos países árabes e na Palestina ocupada. Na Cisjordânia, onde existem 19 campos de refugiados, há 912.879 registrados na UNRWA. Em Gaza, são 1.476.706, em oito campos.

Diante do genocídio, a UNRWA se tornou vital para estes e outros milhares de palestinos.

Como lembrou Philippe Lazzarini, Comissário-Geral da agência, “no ano passado, a UNRWA foi a última tábua de salvação para a população de Gaza. Apesar disso, e talvez por isso, pagamos um preço alto. Pelo menos 237 de nossos colegas foram mortos, muitos com suas famílias. Quase 200 de nossos edifícios foram danificados ou destruídos, matando centenas de pessoas deslocadas que buscavam proteção da ONU. Nossos comboios de ajuda claramente marcados foram atingidos e saqueados por atores armados”.

INTENSIFICAR A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Além de servirem como arma para o extermínio, ele observa que os ataques à UNRWA são uma busca por eliminar o estatuto de refugiados palestinos, mas este estatuto, em suas próprias palavras, independe da existência da agência, que cumpre o papel de garantir a assistência necessária enquanto não houver solução política.

A questão dos refugiados somente será solucionada com a Palestina livre, do rio ao mar, para que finalmente os palestinos refugiados possam retornar às suas terras.

Para iluminar esse caminho, a solidariedade internacional deve intensificar a pressão, mobilização e denúncias, inspirada na resistência heroica e histórica palestina que segue viva e não se dobra.

OUTROS OUTUBROS VIRÃO!

101 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

A revolução impossível...
até que se tornou
inevitável

 DENIOR MACHADO,
DE PORTO ALEGRE (RS)

Em 1913, a Rússia celebrava o tricentenário da dinastia Romanov com pompa e esplendor, transmitindo uma imagem de poder inabalável. Jornais internacionais, como o "The Times", de Londres, descreviam um futuro brilhante para o Império Russo, destacando a devoção popular ao Czar como alicerce da autocracia (poder concentrado em um único indivíduo). Nada parecia ameaçar a ordem estabelecida.

Como a Revolução de 1905, embora tenha revelado fragilidades no regime czarista, foi rapidamente suprimida, a crença na "impossibilidade" de uma revolução era compartilhada tanto por observadores internos quanto externos. Se fosse acontecer, eclodiria na Europa Ocidental, e não na Rússia czarista.

Em 23 de fevereiro de 1917 (8 de março, no calendário gregoriano), as trabalhadoras têxteis de Petrogrado, desafiando a descrença generalizada nas possibilidades do movimento operário naquele momento, iniciaram uma greve no "Dia Internacional da Mulher", que se espalhou rapidamente pelas fábricas. A adesão dos metalúrgicos e, crucialmente, dos soldados, selou o destino do regime czarista, que ruiu em poucos dias.

Este ato mostrou como uma revolução desafia a lógica dominante. Outras certezas caíram por terra. A Rússia, afundada no atraso econômico e social, com uma população majoritariamente camponesa, analfabeto e devota ao czar, era vista como um terreno infértil para a revolução, especialmente para uma revolução socialista.

Também caiu por terra a crença na invencibilidade do

capitalismo. Tudo foi posto em xeque pela Revolução. O país, considerado, por dois séculos, como o centro da reação às revoluções burguesas, que dirá ao socialismo, surpreendeu o mundo ao protagonizar uma revolução que mudou a História. Nada mais foi como antes em todo o planeta.

UM MOMENTO DE CETICISMO

O ceticismo em relação às possibilidades de uma revolução não era exclusivo dos círculos dominantes. Em meio à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os partidos socialdemocratas estavam englobados na maré nacionalista, que colocava os trabalhadores de um país contra outros. Não poderia haver maior fragmentação da classe trabalhadora europeia.

Lênin, na contramão dos socialistas patriotas traidores, defendia que as classes operária e camponesa, no uniforme de soldados, voltassem suas armas contra suas próprias burguesias. Mas, no curto prazo, não era otimista. Em um discurso proferido um mês antes da queda do czar, ele próprio expressou dúvidas sobre a possibilidade de sua geração testemunhar as "batalhas decisivas" da revolução proletária.

AS CORRENTES DE ESQUERDA E A REVOLUÇÃO

A promessa de uma vitória rápida da Rússia e aliados (Inglaterra e França) na I^a Guerra Mundial se desvaneceu, dando lugar à fome, à miséria e à desilusão. O fervor patriótico inicial, que uniu até mesmo a esquerda majoritária na Europa em torno da defesa da "pátria", logo se dissipou. A população, submetida a privações extremas, ansiava por "pão, paz e terra".

A queda do czarismo não significou o fim dos problemas na Rússia. O Governo Provisório



então formado se mostrou incapaz de atender às demandas populares. Era formado por representantes da burguesia liberal e apoiado pela maioria da esquerda. Mas, para entender isto, é necessário falar das três principais correntes do movimento socialista naquele momento.

As reformistas (que propunham mudanças por dentro do sistema capitalista) e que participavam do governo eram: a) Socialistas Revolucionários (SRs), que representavam os camponeses, imensa maioria da população russa, e tinham foco na reforma agrária; b) Mencheviques, ala do Partido Socialdemocrata russo, marxista, que defendia reformas graduais, através da democracia sob a direção da burguesia liberal (capitalista) e para a qual o socialismo estava colocado para um futuro distante.

Oposta a estas, a principal corrente que concebia a necessidade da via revolucionária era formada pelos Bolcheviques, ala do Partido Socialdemocrata russo dirigida por Lênin. Eram marxistas, defendiam uma revolução imediata, ainda não socialista, mas rejeitando a direção

burguesa. Caberia este papel ao proletariado (a classe trabalhadora) e ao campesinato.

O RETORNO DOS SOVIETS

Paralelamente ao governo, ressurgiram os soviets, que surgiram na Revolução de 1905: conselhos de trabalhadores, soldados e camponeses, verdadeiros órgãos de poder popular, que desafiavam o Governo Provisório e só o permitiam governar pela confiança que os mencheviques e os SRs chamavam a depositar nele.

Lênin, ao retornar do exílio, após a Revolução de Fevereiro de 1917, publicou as "Teses de Abril", defendendo a transferência do poder para os soviets.

Argumentava que a Rússia estava pronta para a revolução socialista. Desta forma, também superava sua própria visão de uma etapa prévia ao socialismo, assim coincidindo com as ideias defendidas por outro revolucionário, Leon Trotsky, que veio a se unificar com os bolcheviques.

"Nenhuma confiança no Governo Provisório", defendiam os bolcheviques. Era um governo de conciliação de classes, sendo a burguesia sustentada politica-

mente pela esquerda reformista. Esta posição inicialmente foi minoritária dentro do próprio partido, mas ganhou força à medida que o Governo Provisório se mostrava atrelado aos acordos de guerra e a crise se aprofundava.

A TOMADA DO PODER

A Revolução de Outubro derrotou uma tentativa de golpe militar e, por fim, o próprio Governo Provisório. Já tendo conquistado a maioria nos soviets, os bolcheviques chamaram a tomar o poder, o que ocorreu em 25 de outubro (7 de novembro, no calendário vigente).

A Rússia foi retirada da guerra, a terra foi distribuída aos camponeses e uma série de medidas revolucionárias foram implementadas, tendo a realidade colocado a necessidade imediata de expropriação de certos ramos da produção. As medidas incluíram a igualdade de direitos para as mulheres, o direito ao aborto, a descriminalização da homossexualidade e enormes avanços em áreas como Educação, Saúde e nas artes e cultura em geral.

A CLASSE TRABALHADORA GOVERNOU DE FATO

Aqui, no Brasil, o PT transformou a bandeira de “governo dos trabalhadores” num mero objetivo reformista, de ter um trabalhador (Lula) na presidência, e se propondo a mudanças dentro dos limites do capitalismo.

Ao contrário, a Revolução Russa pôs em prática o poder de uma classe explorada, através dos soviets. Demonstrou que a “ditadura do proletariado”, formulada por Marx, negava à burguesia fundamentalmente dois “direitos”: o de explorar outros seres humanos e o de se insurgir contra o poder dos soviets.

O expansionismo imperialista, que marcou o século 20 e persiste, mantém os países na condição de colônias ou semicolônias. Os conflitos entre os países imperialistas se estendem a guerras e propagam as crises do capitalismo pelo globo. São necessárias revoluções que confrontem o domínio capitalista-imperialista.

DA REVOLUÇÃO MUNDIAL AO STALINISMO



Lênin e Trotsky concebiam a revolução na Rússia como ponto de apoio para a revolução na Europa, compreendendo que a sobrevivência da revolução dependia de sua expansão internacional. A derrota da Revolução Alemã (1919), devido à traição da direção do movimento operário (a socialdemocracia), que apoiou a guerra, chegou ao poder, reprimiu a revolução e assassinou Rosa Luxemburgo, representou um duro golpe nesta perspectiva.

A ascensão de Stalin e sua teoria do “socialismo em um só país” desviaram os Partidos Comunistas de todo o mundo de sua tarefa histórica. Foram orientados a uma mera defesa dos interesses de Estado da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Leia-se, os interesses da burocracia governante, em vez da revolução em seus países.

A REVOLUÇÃO RUSSA ESTÁ SUPERADA?

107 anos nos separam do início dos eventos que levaram a classe trabalhadora ao poder na Rússia, expandindo-se por todas as nacionalidades submetidas ao czarismo, que aderiram, em maioria, e formaram a ex-URSS.

Além do tempo decorrido, a



própria revolução, após vencer a Guerra Civil contra o Exército Branco (contrarrevolucionário), apoiado por 14 exércitos invasores, sofreu um duro revés interno. Debilitado e isolado internacionalmente, após a derrota da revolução na Alemanha, o poder dos trabalhadores perdeu sua vitalidade e sucumbiu diante da burocracia stalinista.

Stalin liquidou a democracia operária, embora ainda mantendo a URSS como um Estado Operário degenerado. A restauração capitalista acabou acontecendo nos anos 1980. Quando o regime stalinista caiu, este processo já estava avançado.

Diante disto, é possível reivindicar a Revolução Russa como uma experiência que traga luz à luta pelo socialismo? Estamos convictos que sim. Toda luta pode sofrer uma derrota, imposta pelos inimigos, sem, por isso, perder seu valor.

E o valor da Revolução Russa começa por demonstrar o quanto a classe trabalhadora pode fazer. É capaz de derrotar o capital e seus exércitos, se tomar consci-

ência de sua força. No poder, os trabalhadores e trabalhadoras podem superar, em décadas, o que o capitalismo demorou séculos para construir. Pode, ainda, demonstrar sua superioridade produtiva, capaz de libertar bilhões de seres humanos de uma condição de vida miserável e sem perspectivas.

LIÇÕES DE OUTUBRO

A experiência russa demonstra que a consciência de classe não é um pré-requisito para a revolução; mas, sim, um processo que se desenvolve durante a luta. A presença de um núcleo político firme, com domínio teórico e estratégico, é fundamental para canalizar a energia das massas e construir um projeto de transformação social.

Neste sentido, vale resgatar uma passagem do livro “A Revolução Traída”, escrito por Trotsky, em 1936.

“Os imensos resultados obtidos pela indústria, inícios enormemente promissores na agricultura, um crescimento extraordinário das velhas cidades

industriais e a construção de novas, um rápido aumento do número de operários, a elevação do nível cultural e das exigências culturais – estes são os resultados indubitáveis da Revolução de Outubro, na qual os profetas do Velho Mundo tentaram ver o túmulo da civilização humana”, escreveu o dirigente do Exército Vermelho.

“Já não há necessidade de discutir com os senhores economistas burgueses: o socialismo demonstrou o seu direito à vitória, não só nas páginas de ‘O Capital’, mas numa arena industrial que abrange um sexto da superfície da Terra – não na linguagem da dialética, mas na linguagem do aço, do cimento e da eletricidade. Mesmo que a URSS sucumbisse sob os golpes do exterior e pelos erros dos seus dirigentes – o que esperamos firmemente que não aconteça – continuaria, como prova para o futuro, o fato indestrutível de que só a revolução proletária permitiu a um país atrasado obter, em menos de vinte anos, resultados sem precedentes na História”, concluiu Trotsky.

ANTONIO CÍCERO

Guardemos o poeta!

Alerta: O artigo toca em tema sensível, particularmente para quem enfrenta sofrimentos e transtornos psíquicos. Se você está passando por problemas, procure ajuda

WILSON HONÓRIO DA SILVA
DE SÃO PAULO (SP)

No dia 23 de outubro, até mesmo as pessoas mais próximas do filósofo, escritor, crítico literário e poeta Antonio Cícero foram surpreendidas pela publicação de uma breve e comovente carta de despedida, postada por seu companheiro, Marcelo Pires, com quem vivia desde 1984, anuncian- do sua decisão em recorrer à “morte assistida”, procedimento legal na Suíça, onde eles estavam.

“Como sou ateu desde a adolescência, tenho consciência de que quem decide se minha vida vale a pena ou não sou eu mesmo. Espero ter vivido com dignidade e espero morrer com dignidade”, escreveu Cícero, que recém havia completado 79 anos, afirmando que, apesar de ainda lúcido, o avanço do Alzheimer já o impedia de fazer as coisas que mais gostava na vida: ler, escrever e conviver com as pessoas que amava.

“Entendo meu irmão. Cícero foi coerente com tudo que pensava. Desde o fim [numa referência ao ensaio filosófico ‘Desde o fim’, publicado em 1995]”, escreveu Marina Lima, cujas parcerias com o irmão resultaram em músicas de enorme sucesso, como “Fullgás”, “Pra começar”, “Virgem”, “Acontecimentos” e “À francesa” (em parceria com Carlos Zoli), contribuindo para popularizar a obra de um autor que, de fato, foi marcado pela coerência, tanto em sua vida quanto em seus escritos filosóficos, teóricos e poéticos.

UM ESCRITOR SEM FRONTEIRAS

Nascido no Rio de Janeiro, em 1945, Cícero viveu parte de sua juventude no exterior. Primeiro, em função do trabalho de seu pai; mas, entre 1969 e meados dos anos 1970, forçado pela ditadura militar, que ele combateu quando estudava no Instituto de Filosofia e Ciências



Antonio Cícero

Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Suas andanças pelo mundo e sua voracidade pela leitura fizeram de Cícero um autor extremamente plural e sintonizado com as coisas do mundo, particularmente no que se refere aos debates sobre a “modernidade”, que ele chamava de “tempo de eterno agora”, ou “agoridade”, e como isto se manifesta tanto em termos filosóficos quanto na produção artística e cultural.

Com este objetivo, revisou obras de filósofos clássicos, dos gregos antigos a Kant (1724-1804), Hegel (1770-1831), Nietzsche (1844-1900) e Habermas (1929), e também se debruçou sobre os trabalhos de gente como Waly Salomão, João Cabral de Melo Neto, Carlos Drummond de Andrade ou movimentos culturais, como o Tropicalismo.

Com o mesmo ímpeto, em 2002, abraçou projetos como

uma coletânea de CDs em homenagem a Drummond, intitulada “A cidade e os livros”, gravada com Chico Buarque, Ronaldo Bastos e Fernando Brant, dentre outros. Mesmo ano em que se juntou a Hermeto Pascoal, José Saramago, Wim Wenders, Marieta Severo, dentre outros, no fabuloso documentário “Janela da alma”, para o qual João Jardim e Walter Carvalho colheram depoimentos de 19 pessoas que, tendo algum grau de deficiência visual (da miopia à cegueira), falam sobre como se veem, como veem os outros e como percebem o mundo.

E O POETA SE FEZ MÚSICA...

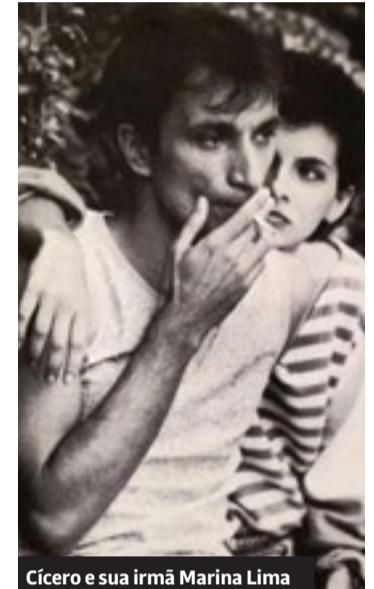
A primeira poesia de Cícero musicada por Marina Lima foi “Alma Caiada”, em 1975. Gravada por Maria Bethânia, foi censurada pela ditadura, só vindo a público na voz de Zizi Possi, em 1979. No mesmo ano, Marina lançou seu

primeiro álbum, “Simples como fogo”, com cinco letras de seu irmão, consolidando uma parceira que se intensificou e se popularizou no mesmo ritmo da luta pela democratização do país.

Em 1980, Bethânia gravou “O lado quente de ser”. No ano seguinte, “Certos acordes”, de Marina, trazia “Maresia” (“Ah! se eu fosse marinheiro / Eu é que tinha partido...”), musicada por Paulo Machado, e o sucesso popular chegou definitivamente em 1984, com “Fullgás”, cujos versos finais (“Você me abre seus braços / E a gente faz um país”), de certa forma, “rimavam” com o desejo de reconstrução de um país dilacerado pela repressão e a censura.

Algo também presente em “Pra começar” (“Quem vai colar / Os tais caquinhas / Do velho mundo...”), lançada em 1986, ou na ironia de “E u vi o rei”, de 1993: “Um rei assim / Que não escuta bem / Que adora luz / Mas não vê ninguém”.

Nas décadas seguintes, a poesia de Cícero também se fez música em parcerias iluminadas com artistas como João Bosco, que, em 1991, gravou um disco inteiro, “Zona de fronteira”, com parcerias entre Cícero e Waly; Adriana Calcanhoto (em “Inverno”, “Asas”, “Bagatelas” e “Três”, dentre várias); e, evidentemente, “O Último Romântico”, que marcou a carreira de



Cícero e sua irmã Marina Lima

Lulu Santos e até hoje embala gente que ousa perder a razão e se aventurar por amor.

“GUARDAR UMA COISA... É ILUMINÁ-LA OU SER POR ELA ILUMINADO”

A lista de parcerias ou de gente que gravou suas composições inclui Ney Matogrosso, Caetano Veloso, Barão Vermelho e Maria Bethânia, dentre vários outros. Mas, se é verdade que foi isto que o tornou “popular”, é importante lembrar que ele nunca se afastou da produção teórica e literária, como atestam livros como “Finalidades sem fim (2005) e “Forma e sentido contemporâneo: poesia” (2012).

Além disso, sua poesia tornou-se mundialmente reconhecida para além da música, desde a publicação do livro “Guardar”, cujo poema-título, que traz o lindo verso citado acima, foi incluído, em 2001, na antologia “Os cem melhores poemas brasileiros do século”.

Sua genialidade e enorme contribuição para nossa cultura foram reconhecidas em 2017, quando foi eleito para Academia Brasileira de Letras. Contudo, sua imortalidade há muito está assegurada por seus versos e livros, que merecem, de fato, serem “guardados”, para nos iluminar e para iluminarmos um mundo que Cícero viveu intensamente e decidiu deixar com a liberdade e dignidade com que viveu.

